Ana Cristina da Conceição Araújo, do Secretariado de Apoio Administrativo do meu Gabinete, pela competência, dedicação, lealdade, profissionalismo e zelo que demonstrou no exercício das suas funções, destacando-se o rigor na execução das tarefas.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202508865

Despacho n.º 24020/2009

Ao cessar funções de Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a Maria Luísa Brito e Silva Pezerat Correia, do Secretariado de Apoio Administrativo do meu Gabinete, pela competência, dedicação, lealdade, profissionalismo e zelo que demonstrou no exercício das suas funções, destacando-se o rigor na execução das tarefas.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202509115

Despacho n.º 24021/2009

Ao cessar funções de Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a Maria Antónia de Jesus Lobo Aguiar, do Secretariado de Apoio Administrativo do meu Gabinete, pela lealdade e zelo que demonstrou no exercício das suas funções.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202509229

Despacho n.º 24022/2009

Ao cessar funções de Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a Artur Manuel Duarte dos Santos, motorista do meu Gabinete, pela competência, dedicação, lealdade e zelo que sempre demonstrou no exercício das suas funções.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202509448

Despacho n.º 24023/2009

Ao cessar funções de Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a José Alfredo Heliodoro Marques Varella, motorista do meu Gabinete, pela competência, dedicação, lealdade e zelo que sempre demonstrou no exercício das suas funções.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202509731

Despacho n.º 24024/2009

Ao cessar funções de Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a António Cameira Brito, motorista do meu Gabinete, pela competência, dedicação, lealdade e zelo que sempre demonstrou no exercício das suas funções.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202509772

Despacho n.º 24025/2009

Ao cessar funções de Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, presto público louvor a Pedro Miguel Salgado Silva, motorista do meu Gabinete, pela competência, dedicação, lealdade e zelo que sempre demonstrou no exercício das suas funções.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202509845

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso n.º 19586/2009**Procedimento concursal comum n.º 20/DRH/2009**

1 — Nos termos do disposto no artigo 50.º, n.ºs 2 a 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que por deliberação do Conselho Directivo de 15 de Outubro, se encontra aberto o procedimento concursal comum, pelo período de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República* do presente aviso, para ocupação de dois postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., (IHRU), para exercer funções no Departamento de Programas de Reabilitação (DPR).

2 — Não foi efectuada consulta à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria acima referida, uma vez que, não tendo ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

3 — Local de trabalho — nas instalações do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. I.P (IHRU), Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5/1099-019 em Lisboa.

4 — Legislação aplicável — o recrutamento rege-se nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Posicionamento remuneratório — será objecto de negociação entre o trabalhador recrutado e o Instituto, de acordo com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

6 — Actividade a cumprir: assessoria e apoio técnico para desenvolvimento e acompanhamento de projectos de reabilitação e requalificação urbana, com as valências próprias da área de arquitectura, envolvendo a execução das seguintes tarefas:

a) Preparação e lançamento de procedimentos concursais para a elaboração de projectos de arquitectura, de execução e de empreitadas de obras públicas, ancorados em metodologias participativas, designadamente no contexto das parcerias institucionais existentes para a reabilitação de áreas urbanas

b) Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento dos projectos e das obras

c) Acompanhamento e apoio na construção dos dossiers técnicos relativos aos projectos com co-financiamento externo, designadamente dos EEAGrants e do QREN

d) Participação na elaboração de estudos e acções que promovam a reabilitação do edificado e a regeneração do tecido urbano

e) Análise de propostas de constituição de áreas de reabilitação urbana (ARU)

f) Apoio técnico à implementação de acções que promovam a qualificação territorial, designadamente em territórios de vulnerabilidade crítica

g) Colaborar na elaboração de planos de acção que promovam a reabilitação urbana inclusiva, contribuindo para a reflexão sobre as estratégias de inclusão social e económica em projectos de intervenção territorial, no contexto das políticas de desenvolvimento urbano e das cidades

h) Apoiar tecnicamente acções de revitalização urbanas, com especial enfoque nas desenvolvidas em áreas de reabilitação urbana, promovidas pelas entidades competentes

i) Instruir processos de concessão de apoios à reabilitação urbana, designadamente para a reabilitação do edificado, no contexto dos programas nacionais existentes

j) Apoiar a construção de soluções que recorram a novas ferramentas de engenharia financeira em projectos de intervenção urbana

k) Apoiar e promover soluções que privilegiem as parcerias público-privadas no domínio da reabilitação urbana

l) Apoiar a instrução de candidaturas a linhas de apoio no domínio da eficácia energética em edifícios de habitação social bem como nas demais áreas de intervenção a cargo do IHRU

m) Apoiar e participar no desenvolvimento de acções de sensibilização para a temática da reabilitação urbana

7 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com contrato de trabalho em funções públicas, ou encontrar-se em situação de mobilidade especial e possuir os requisitos enunciados no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

8 — Nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31.12, não serão admitidos trabalhadores de órgãos ou serviços das administrações regionais e autárquicas.

9 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares de categoria e não se encontrando em mobilidade especial, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço, idênticos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

10 — Nível habilitacional — Licenciatura, mestrado ou doutoramento.

11 — Requisitos preferenciais:

- a) Licenciatura em Arquitectura ou Arquitectura Paisagística;
- b) Conhecimentos aprofundados sobre desenvolvimento urbano e política de cidades;
- c) Experiência profissional relevante na área do ordenamento do território e ou da reabilitação urbana
- d) Experiência em elaboração de análises técnicas de suporte à decisão;
- e) Experiência de trabalho em equipas multidisciplinares, com produção de informações, relatórios e pareceres sobre as temáticas associadas aos domínios de intervenção em causa;
- f) Experiência de articulação dos níveis central e local, em contexto de trabalho nas áreas do ordenamento do território e ou reabilitação urbana;
- g) Conhecimentos de informática na óptica do utilizador (word, excel e powerpoint);
- h) Competências pessoais que facilitem a interacção e a obtenção de consensos entre os vários actores urbanos.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — Através de preenchimento obrigatório do formulário de candidatura disponível na funcionalidade Recursos Humanos — Procedimentos concursais, da página electrónica do IHRU www.portaldahabitacao.pt, que deverá ser dirigido ao Presidente do Instituto a Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

12.2 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel.

12.3 — A candidatura pode ser apresentada pelos seguintes meios:

- a) Por correio, com registo e com aviso de recepção para o endereço do IHRU, I. P., Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, 1099-019 Lisboa, até ao termo do prazo fixado;
- b) Pessoalmente na portaria no piso 0 do mesmo endereço, entre as 9h e as 16h 30 m, todos os dias úteis

12.4 — E deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado;
- b) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;
- c) Comprovativos das acções de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
- d) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente actualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, o tempo de execução das actividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
- e) Declaração do conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afecto, devidamente actualizada, da qual conste a actividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado;
- f) Fotocópias das avaliações de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da citada Portaria.

13 — Métodos de selecção: No presente recrutamento serão aplicados os métodos de selecção obrigatórios referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP);

e, aos candidatos que reunirem as condições referidas no n.º 2 do artigo 53.º, do mesmo diploma legal, ser-lhes-ão aplicados, caso não tenham exercido a opção pelos métodos anteriores, de acordo com a primeira parte do mesmo normativo a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

13.1 — A valoração dos métodos anteriormente referidos, será convertida numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação da seguintes fórmulas finais:

$$OF = 0,70 PC + 0,30 AP$$

$$OF = 0,70 AC + 0,30 EAC$$

em que:

OF = Ordenação Final

PC = Prova de conhecimentos

AP = Avaliação psicológica

AC = Avaliação curricular

EAC = Entrevista de avaliação de competências

13.2 — A prova de conhecimentos será escrita, de natureza teórica, incide sobre conteúdos de natureza genérica e específica directamente relacionados com as exigências da função, é de realização individual, efectuada em suporte de papel, constituída apenas por uma fase, tem a duração máxima de 90 minutos e incide sobre as seguintes temáticas:

A Política de Cidades e o Ordenamento do Território;

Experiência de intervenções de reabilitação urbana integrada em Portugal;

O papel do IHRU enquanto entidade nacional para a concretização da política de reabilitação urbana em articulação com a política de cidades;

O papel das parcerias no contexto das intervenções de qualificação urbana.

14 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente disponibilizada na funcionalidade Recursos Humanos — Procedimentos concursais, em www.portaldahabitacao.pt.

15 — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da mesma Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3, para a realização da audiência de interessados.

16 — As actas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos serão facultados aos candidatos sempre que solicitados.

17 — Serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

18 — Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

19 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação do Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, será afixada em local visível e público na Direcção de Administração e Recursos Humanos e ainda disponibilizada na página electrónica do IHRU, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 — O Júri — o júri do presente procedimento tem a seguinte composição:

Presidente: Maria de Fátima Ramos Ferreira, Coordenadora do Departamento de Programas de Reabilitação

Vogais efectivos:

Licenciados Rogério de Oliveira Pampulha, técnico superior do IHRU, na qualidade de 1.º vogal efectivo e Maria de Lourdes Santa Comba Castro, técnica superior do IHRU, na qualidade de 2.º vogal efectivo.

Vogais suplentes:

Licenciadas Rita Heleno Mendes, Técnica superior do IHRU, e Susana Maria Soares Leitão de Sousa, Técnica superior do IHRU,

O presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo

21 — “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Continuação, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

22 — Bibliografia e legislação

ISCTE/CET, Observatório do QCA III (2005) — Políticas Públicas de Revitalização Urbana — Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN

Documento Política de Cidades POLIS XXI (disponível no site do Governo)

IHRU, Revista “Causas Comuns: Habitação e Reabilitação Urbana”, Lisboa

Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, adoptada na reunião informal de Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano e Coesão Social em 24 e 25 de Maio de 2007

Comunicações apresentadas no seminário internacional “A Iniciativa Bairros Críticos e as Experiências de Intervenção Sócio-Territorial em Portugal”, disponíveis no Portal da Habitação

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento europeu “A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões” — Julho de 2006, disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/urban/com

Jessica: Joint European Support for Sustainable Investment in city areas (disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/jessica_en.htm)

Henriques, J. M. (2002) — ‘O Papel do “Social” nas Políticas Urbanas’, in *Porto d’Idéias: a Cidade em Debate*, Agência para a Modernização do Porto, Porto in <http://www.apor.pt/Conferencias/Manuel.doc>

Ministerio de la Vivienda (2007) — Housing Policies in the European Union: a means for urban regeneration, Ed. Ministerio de la Vivienda-Spain, Madrid

Albrechts, L. e Mandelbaum, S.J. (2005) — The network society — a new context for planning, Ed. Routledge, NY

Legislação

Decreto-Lei n.º 223/2007 de 30 de Maio — Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

Portaria n.º 662-M/2007 de 31 de Maio — Estatutos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 31 de Dezembro — Iniciativa Bairros Críticos

Decisão do Conselho de 6 de Outubro de 2006, relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão social — Jornal Oficial da União Europeia 21.10.2006

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro — Regime da edificação e da construção

Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 54/2007 de 31 de Agosto — Lei de Bases do ordenamento do território

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro — Instrumentos de gestão territorial

Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio — SRUs

Artigo 71.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Lei do OE para 2009) — Regime de incentivos à Reabilitação Urbana

Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22 de Dezembro (suplemento) — Recria

Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho — RECRIPH

Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 329-B/2000, de 22 de Dezembro — REHABITA

Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro. — SOLARH

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro — Código dos Contratos Públicos

Sites:

<http://www.portaldahabitacao.pt/>

<http://www.dgotdu.pt/>

<http://www.programescolhas.pt/>

http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/urban/com http://ec.europa.eu/regional_policy/funds/2007/jjj/jessica_en.htm

26 de Outubro de 2009. — O Vogal do Conselho Directivo, *Hermâni Machado Duarte*.

202499915

Deliberação n.º 2990/2009

Nos termos do artigo 2.º dos Estatutos do IHRU, publicados em Anexo à Portaria n.º 662-M/2007, de 31 de Maio, os Gabinetes (unidades orgânicas de 2.º nível) são dirigidos por Coordenadores.

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º, do mesmo diploma legal, a proposta de nomeação, tendo a sua escolha recaído na candidata Carla Maria de Fraga Benera;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior Carla Maria de Fraga Benera e que a mesma possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para provimento do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente deliberação.

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela

Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com a alteração introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

Foi nomeada, por deliberação do Conselho Directivo em 22 de Outubro de 2009, a técnica superior Carla Maria de Fraga Benera, para exercer em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de direcção intermédia de 2.ª grau, Coordenadora do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Assessoria (GEPa).

22 de Outubro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Vasconcelos*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Carla Maria da Fraga Benera.

Data de Nascimento: 19 de Junho de 1971

II — Habilitações académicas:

Habilitação académica de base: Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1998.

Habilitações complementares: curso de Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.

III — Formação profissional:

Participou em várias acções de formação profissional nas áreas do sector da habitação, contratação pública, fundos de investimento imobiliário, informática;

Participou em diversos eventos, seminários e conferências.

IV — Carreira e experiências profissionais:

De 1987 a 1996, desempenho de funções como colaboradora do Instituto Nacional de Habitação, centrada na área financeira nos diversos sectores, nomeadamente, ao nível de execução de operações crédito, no âmbito dos diversos programas habitacionais e integrou o Núcleo de Acções Especiais de Recuperação de Crédito.

De 1997 a 2007, desempenho de funções na Direcção Jurídica do Instituto Nacional de Habitação, ao nível da consultoria jurídica, designadamente, emissão de pareceres e informações, sobre os diversos programas existentes; elaboração de contratos, protocolos e acordos; instrução de processos com despesas públicas e aquisição de bens e serviços e com o regime geral das empreitadas de obras públicas; participação em júris e comissões de análise em sede de procedimentos de aquisição de bens e serviços e regime de empreitadas; representou o Instituto Nacional de Habitação, no estudo sobre “Aproximação às Políticas Habitacionais Pós 1974”, promovido pelo ISCTE; participação em diversos grupos multidisciplinares com vista realização de estudos sobre as políticas de habitação e à elaboração de diplomas legais;

Em Novembro de 2007, é nomeada assessora de direcção da Direcção Jurídica, exercendo funções inerentes à consultoria jurídica, contratação pública e produção legislativa.

Desde Fevereiro de 2008, exerce funções de assessora do Conselho Directivo do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., apoiando este órgão na análise de matérias técnicas fundamentais para o cumprimento da Missão do Instituto; No âmbito da Presidência Francesa, participou nos trabalhos da reunião preparatória da reunião informal de Ministros da Habitação; assegura a interligação entre o Conselho Directivo e as diversas unidades orgânicas do Instituto, de forma a garantir e alcançar uma maior simplificação e racionalização de procedimentos; procede à análise dos processos e propostas a submeter a decisão do Conselho Directivo.

202509318

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 1046/2009

Ao cessar as funções de Ministro da Economia e da Inovação do XVII Governo Constitucional, entendo prestar o meu louvor à licenciada Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos, que exerceu a missão de adjunta do meu Gabinete sempre com elevada competência, eficácia, eficiência, lealdade, dedicação e sentido de serviço público, o que me apraz registar publicamente.

23 de Outubro de 2009. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Fernando Teixeira dos Santos*.

202503753